

A privatização do ensino médio público no Brasil: a presença de grupos econômicos.

Leticia Fiera.

Cita:

Leticia Fiera (2017). *A privatização do ensino médio público no Brasil: a presença de grupos econômicos. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/2076>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A privatização do ensino médio público no Brasil: a presença de grupos econômicos

Letícia Fiera

leticia.fiera@gmail.com

NESFI/UFSC

Brasil

RESUMO

O plano de investigação neste ensaio tem como objeto a presença de grupos econômicos no ensino médio público no Brasil. No Brasil, o ensino médio representa a última etapa da educação básica, que pressupõe a consolidação dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes oriundos do Ensino Fundamental. É a partir dessa etapa de ensino que os jovens procuram a sua inserção no mundo do trabalho ou dão continuidade aos estudos através do Ensino Superior.

Partimos da concepção de que o papel do Estado, ao longo dos anos, sofreu alterações. As mudanças ocorridas nas relações entre o público e o privado que ocorreram em um contexto de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 3) que, a partir de suas estratégias de superação, como neoliberalismo, visou instituir na administração das escolas públicas, um padrão de gestão em parceria com grupos econômicos. As diferentes manifestações da privatização da educação pública brasileira através das parcerias público-privadas se evidenciam através dos contratos de gestão, termos de cooperação, PPPs (Parcerias Público-Privadas), que formam “quase-mercados”, em que a propriedade permanece pública, mas o conteúdo da gestão é privado.

A redefinição do papel do Estado neste período histórico e como ele se materializou no Brasil, a partir do Plano Diretor da Reforma do Estado, instituiu a administração pública gerencial no mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2001), observando-se continuidades nas gestões do presidente Lula da Silva (2003-2010), da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015) e do atual governo Michel Temer (2016). Compreendemos o Estado como histórico, concreto, de classe e, nesse sentido, Estado máximo para o capital, uma vez que, no processo de correlação de forças em curso, é o capital que detém a hegemonia.

O artigo orienta-se pela apresentação e reflexão acerca da política educacional – Programa Ensino Médio Inovador e o Programa Ensino Médio em Tempo Integral –, no que diz respeito ao conteúdo da proposta de gestão escolar em parceria com grupos econômicos. No desenvolvimento metodológico, procedemos ao levantamento e análise de fontes primárias (documentos oficiais, institucionais e relatórios) e secundárias (pesquisas e produções já desenvolvidas sobre o tema). Neste artigo, abordaremos o Relatório do Seminário Internacional sobre Privatização na Educação, organizado pela Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE) e Open Society (2012), e o Relatório Privatisation in Public Education, de Stephen Ball e Deborah Youdell (2008), além dos aportes teóricos de Costa (2000, 2008), Gadotti (2009), Cavaliere (2009) e Mota (2006), com refe-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

rências sobre a Educação Integral no Brasil, de Meszaros (2011, 2005), Harvey (2011, 1995), Chesnais (2004, 1996) sobre as contribuições para a compreensão do capitalismo contemporâneo.

Palavras chaves: educação; privatização; grupos econômicos; globalização.

ABSTRACT

This essay has the aim to investigate the presence of economic groups in public high school in Brazil. Since high school is the last stage of primary education in that country, it is assumed to build up knowledge acquired by students who came from primary school. In addition, in that stage students either look for a position in the labor market or go further in their studies in higher education. We assume that the role of State has been changing over the years as the relationship between public and private is becoming closer. That is due to a context of structural crisis in the capital (MÉZAROS, 2011), which has adopted strategies to overcome the crisis, as neoliberalism, with the aim of establishing in public schools administration a management standard in partnership with economic groups. Signs of privatization in Brazilian public education and partnerships between public and private are revealed by management agreements, cooperation terms, Private-Public Partnerships (PPPs), forming a 'quasi-market', in which property is still public, although the management content becomes private. In this context, the redefinition in state role and its materialization in Brazil – which started with the Master Plan for State Reform – established managerial public administration in president Fernando Henrique Cardoso's term (1994-2001), and remained over president Luiz Inácio Lula da Silva's (2003-2010) and president Dilma Rousseff's (2011-2015) governments, as well as in current Michel Temer's administration (2016). We assume that state is historical, concrete and class-conscious, thus, maximum state to the capital, since capital owns the hegemony in that ongoing process of forces correlation. This paper is based on the presentation and reflection on the education policy of Program Innovative High School [Programa Ensino Médio Inovador] and Program Full-Time High School [Programa Ensino Médio em Tempo Integral], in what concerns the content of the school management proposal in partnership with economic groups. In the methodological development, we map out and analyze primary sources (official and institutional documents, reports) and secondary sources (researches and articles on the theme). In this paper, we deal with the International Seminar on Privatization of Education Report, organized by the Latin American Campaign for the Right to Education (CLADE) and the Open Society (2012), as well as the Privatization in Public Education Report, by Stephen Ball and Deborah Youdell (2008). In addition, we drew upon theories on Full Education in Brazil by Leher (2014, 2000) and Neves (2006), besides bibliography on contemporary capitalism by Meszaros (2011, 2005), Harvey (2011, 1995) and Chesnais (2004, 1996).

Keywords: Education. Privatization. Economic Groups. Globalization.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Este artigo procura oferecer uma visão, mesmo que ainda parcial¹, que alcance o concreto-pensado e ultrapasse o fantasmagórico mundo das aparências, ao investigar a presença dos grupos econômicos como determinantes das políticas e da consolidação das privatizações nas reformas educativas brasileira sob a égide dos princípios da globalização financeira.

O estudo realizado pela Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE) “Mapeamento sobre as tendências da privatização da educação na América Latina e no Caribe” (2014), resultou na amostragem sobre os processos de privatização da educação que vêm ocorrendo na região, ao apontarem para a fragilização dos sistemas públicos educativos, resultados de uma desvalorização do corpo docente e estudantes, gestão democrática de pouco impacto, criminalização de movimentos e ativistas sociais, e por fim, baixo financiamento público. Ball e Yodell (2007) identificam algumas tendências de privatização em muitos países em desenvolvimento, como por exemplo, a transferência de competências, as associações entre o setor privado e o público, especialmente caracterizadas pelos novos projetos de educação adotados pela região com o financiamento do Banco Mundial ou ajuda internacional.

As mudanças ocorridas no ensino brasileiro nas últimas décadas tem demonstrado o impacto do capitalismo neoliberal como condição necessária para a reprodução econômica e ideológica do capital. A entrevista do professor e pesquisador Roberto Leher, do dia de 1º de julho de 2015, veiculada através da mídia digital Brasil de Fato (www.brasildefato.com.br/node/32359/) relata os interesses dos grandes grupos econômicos na educação brasileira. O movimento de mercantilização

¹ Para fins deste artigo, apresentaremos uma análise sobre os atores que mantém financeiramente o movimento Todos Pela Educação, pois representam os interesses e as relações sociais entre empresas, sistema financeiro e organizações da sociedade civil.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

da educação, de acordo com Leher, se concretiza na presença de setores dominantes na educação básica brasileira com a coalizão de grupos econômicos no Movimento Todos pela Educação (TPE).

Os desafios encontrados para compreender o ensino médio, última etapa da educação básica, podem ser observados através das reformas na política educacional e nas implicações diretas para este segmento de ensino. Um dos temas mais importantes dessa reforma é a proposta de formação integral. Nos anos 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN/1996) aponta para o aumento progressivo da jornada escolar na direção do regime de tempo integral, ao valorizar as iniciativas educacionais extra-escolares e ao vincular trabalho escolar e a vida em sociedade. De acordo com a entrevista de Leher (2015), o Movimento Todos pela Educação é o principal articulador e consultor técnico do novo Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024), elaborado pelo Ministério da Educação (MEC)². Inclusive, como apontam Evangelista e Leher (2012), o ex-ministro da Educação, Fernando Haddad, incluiu o nome do movimento no principal plano de ação na área educacional do governo Lula da Silva batizando-o de: Compromisso Todos pela Educação.

No Brasil, as contribuições de pesquisadores nacionais sobre políticas educacionais (Evangelista, Shiroma, Fontes, Motta, Leher, Neves, entre outros) possibilitaram observar como as políticas educacionais são influenciadas pelas orientações de organismos multilaterais e instituições privadas. As reformas educacionais implementadas a partir da década de 1990, tinham como discurso a busca pela qualidade da educação, os argumentos apontavam para a ampliação de jornada escolar (formação integral), universalização do atendimento, propostas de avaliação em

² O plano com as 20 metas para a educação pode ser visualizado através do seguinte endereço eletrônico: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

larga escala, incentivos à realização de parcerias externas buscando apoio às atividades educacionais (parcerias público-privado).

Isso exige um esforço para compreender o contexto político brasileiro, marcado pela reforma do Estado Nacional, principalmente a partir dos anos 1990. Nas últimas três décadas, o Estado brasileiro foi governado por quatro presidentes (Fernando Henrique Cardoso (1994-2001), Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2015) e o atual governo interino Michel Temer (2016)). Ao longo deste período, o papel do Estado sofreu alterações nas relações entre o público e o privado (Peroni, 2013), que ocorreram em um contexto de crise estrutural do capital (Meszaros, 2011). Ball e Yondell (2007) consideram que essas reformas do setor público estão relacionadas com as mudanças nas formas e modalidade do Estado moderno, isto é, como ele realiza suas ações e alcança seus objetivos, as mudanças no processo político e os novos métodos para governar a sociedade. De acordo com os pesquisadores o que está ocorrendo é a passagem para uma governança corporativa, ou seja, isto supõe passar de um governo de Estado para a governança através da filiação de objetivos e de supervisão do uso de diversos participantes e provedores para conduzir a política e oferecer programas e serviços³.

A fim de termos uma reflexão sobre as políticas educacionais no Brasil, o presente artigo procura identificar à luz de teorias sobre a globalização financeira o impacto sobre as políticas educacionais, logo a seguir propomos discutir a categoria analítica grupos econômicos e o Movimento Todos pela Educação.

II. Globalização Financeira e Políticas Educacionais

³ Não é nossa intenção, nesta parte, revisar de modo exaustivo as etapas do desenvolvimento do modelo de Governança Corporativa. Ver os trabalhos de Clauman (2015) e Scherer (2003).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Nas sociedades capitalistas, o elemento central da economia é o capital. O capitalismo, como nos ensinou Marx, é uma sociedade na qual trabalhadores e burgueses são analisados como classes sociais, no entanto, estas são, ao mesmo tempo, antagônicas e revolucionárias, uma vez que as classes sociais não se definem separadamente, mas nas relações que mantêm entre si. Portanto, podemos considerar, a partir de Marx, que o caráter antagônico das classes sociais no capitalismo nasce da subordinação das relações sociais em relação ao processo de valorização do capital. Por conseguinte, as prioridades do capital sempre foram a extração de mais-valia na produção de mercadorias e serviços, e principalmente, a centralização do capital na forma monetária cujo poder está centrado na reprodução dentro da esfera financeira.

A atual fase do capitalismo conhecida como globalização nasce da combinação entre as inovações tecnológicas advindas da indústria eletrônica e consubstanciada na popularização e difusão da informática com a desregulamentação dos mercados em suas três esferas (comercial, investimentos e financeira) a partir do final dos anos 1970. Têm-se, portanto, duas determinações causais, uma de origem técnica e outra de origem política que agem simultaneamente, embora essa segunda ordem de fatores tenda a ser subestimada por um discurso ideológico que sublinha a natureza "moderna" e "irreversível" das transformações ocorridas nos últimos 25 anos⁴.

Assim, as transformações no sistema capitalista internacional, desde os anos 1970, redefiniram a estrutura do setor financeiro e, com isso, as redes corporativas financeiras e políticas estabelecem novas conexões e constelações de interesses, com o impacto direto sobre o sistema

⁴ Sobre este tema ver François Chesnais, 2004.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

econômico e a sociedade como um todo, formando o que Chesnais (2005) classifica como sendo um processo de hegemonia financeira sobre a produção, por meio da financeirização do capital.

Harvey (1993) a globalização financeira significa uma completa reorganização dos sistemas financeiros globais e a emergência de poderes imensamente ampliado de coordenação financeira, tendência caracterizada pelo seguinte movimento:

de um lado, para a formação de conglomerados e corretores financeiros de extraordinário poder global; e, de outro, uma rápida proliferação e descentralização de atividades e fluxos financeiros por meio da criação de instrumentos e mercados financeiros totalmente inéditos (p. 15).

Logo, o novo arranjo dos mercados financeiros de fato atendia com mais eficiência os requisitos do regime de acumulação flexível, com suas rápidas mudanças de processos e bases industriais e a conseqüente necessidade de expansão e financiamento. Assim, para atender as novas demandas do capitalismo, os sistemas financeiros ganharam mais autonomia e assumem papel específico nessa fase atual do capitalismo, uma vez que tratam de otimizar as cadeias produtivas para lucrar em todas as áreas. Este é o significado concreto da articulação entre as políticas educativas adotadas pelo governo brasileiro e do sistema produtivo nas últimas décadas.

As características mais conhecidas do neoliberalismo são o recurso ao mercado e a diminuição do papel econômico do Estado. Mas é necessário desconfiar deste aspecto, pois o Estado não desaparece com o neoliberalismo; o que desaparece é o Estado keynesiano, o *welfare state*. A questão aqui é compreender que os fundamentos da liberalização e da desregulamentação foi tanto político quanto econômico, segundo Chesnais (2005)



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Somente na vulgata neoliberal o Estado é exterior ao mercado. Sem a ajuda ativa dos Estados, as empresas transnacionais e os investidores financeiros institucionais não teriam alcançado as posições dominantes que hoje possuem [...] a grande liberdade de ação da qual elas gozam no plano doméstico e a mobilidade internacional [...] necessitaram numerosas medidas legislativas e regulamentares (pg. 18).

O neoliberalismo quer adaptar o sistema de educação a esse novo contexto da organização do trabalho mais "flexível", quer enfraquecer “tudo o que faz contrapeso ao poder do capital” (Laval, 2004, pg. 14). Nesse sentido, a implementação da agenda neoliberal nas políticas educacionais pode ser percebida como atesta Lúcia Neves (1999) através do desmonte do arcabouço normativo da estrutura e do financiamento do sistema educacional brasileiro, ao modificar as propostas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), a mudança do Conselho Nacional de Educação (CNE) como órgão do governo (Lei nº9131/95) e não mais como instância representativa e de participação social.

Nesta perspectiva de longo prazo, compreender as múltiplas determinações em relação ao compromisso com a privatização da educação pública no Brasil, nos permite observar no interior das relações econômicas internacionais uma agenda globalmente estruturada (DALE, 2001) para a subordinação da educação ao capital. Segundo Neves (2004) o Brasil, nos anos de 1990 e nos anos iniciais do século XXI, é o palco de um conjunto de reformas na educação escolar ao atender os objetivos econômicos e político-ideológicos do projeto da burguesia mundial para a periferia do capitalismo nesta nova etapa do capitalismo monopolista. À medida que o papel do Estado diminui, entra em cena na arena política atores privados com ou sem fins lucrativos (pensando aqui nos casos



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

específicos das ONGs e OSCIPS), atuando ativamente na consolidação do setor privado dentro do próprio setor público de educação.

A privatização da educação foi, em menor ou maior escala, aceita e implementada por esses governos, como observa Evangelista (2012) articulada à reforma do Estado e ao ajuste estrutural da economia sob o viés da política neoliberal em curso na América Latina e Caribe. O Estado brasileiro não só se subordinou às demandas do capital-imperialismo (apud FONTES, 2010) como foi parceiro fundamental na proposição de uma política educacional orientada para a formação do trabalho simples e para as funções técnicas de nível médio, conforme as orientações da agenda bancomundialista (apud Leher, 2010). Neves (2017) considera que já entramos no século XXI com o processo de privatização da educação avançado. Se nos anos 1990 o avanço ocorreu na privatização do ensino superior, com o surgimento de inúmeras instituições, cursos e matrículas, a segunda década do século XXI a privatização avança para a educação básica com a diversificações de ações na área pública.

Como exemplo, citamos um padrão de gestão que aposta nas parcerias público-privado na educação básica como a proposta de reforma Ensino Médio. Para Leher, Vittoria e Motta (2017) desde 2007 o movimento empresarial define as ações do governo brasileiro para a educação básica ao participar ativamente da elaboração do Plano de Desenvolvimento da Educação e do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Ao culminar com a contrarreforma do ensino médio com a criação da Lei 13.415/2017 que objetiva equalizar a formação na educação básica às necessidades de força de trabalho no país. É neste contexto que a articulação de grandes grupos econômicos surge.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Os grupos econômicos e o Movimento Todos Pela Educação

Uma questão imediata que deriva da realidade apontada no capítulo antecedente refere-se ao fato de que as reformas nas políticas educacionais implementadas ao longo dos governos brasileiros das últimas três décadas, diz respeito a indicação de atores com maior vínculo com o sistema financeiro, empresas privadas, centros acadêmicos e instituições alinhadas ao Consenso de Washington e com as organizações multilaterais, tais como o Banco Mundial.

Encontramos na teoria marxista uma discussão acerca das condições de produção capitalista, que ocasionam um processo de concentração e centralização do capital. Como sabemos, a dinâmica de acumulação de capital implica a absorção dos pequenos capitalistas pelos grandes ocasionando uma centralização, e também significa a ampliação da base de produção em larga escala acarretando na concentração.

A análise da concentração e da centralização de capitais elaborada por Karl Marx, em *O Capital*, já contém em si indícios importantes para a explicação do aparecimento dos monopólios, a partir de uma determinada fase de desenvolvimento do capitalismo. A análise desenvolvida por Marx demonstra como os monopólios são o resultado lógico do processo de acumulação de capitais. A concentração da produção e do capital em grandes empresas é a consequência inevitável do desenvolvimento capitalista. Harvey (2003) analisou, a partir dos estudos elaborados por Marx, que a competição tende sempre ao monopólio (ou oligopólio), simplesmente porque a sobrevivência do mais apto na guerra de todos contra todos elimina as empresas mais fracas. Quanto mais feroz a competição, mais veloz a tendência ao oligopólio, para não dizer monopólio. Portanto, não é por



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

acidente que a liberalização dos mercados e a celebração da competição nos últimos anos produziram uma incrível centralização de capital.

É diante deste cenário que atores de interesse do capital vêm-se inserindo na gestão das políticas educacionais por meio de suas organizações, as quais desenvolvem estratégias se colocando na arena política como agentes do poder econômico, mas também como atores de políticas. Uma parceria construída historicamente que encontrou eco no contexto de crise estrutural do capital. Para Mészáros (2009) a educação é radicalmente atingida pelos interesses do capital, cujos métodos impõem a necessidade de reformas via reformulação (permanente) de diretrizes e estratégias elaboradas pelos organismos internacionais. Perante este contexto é que a redefinição do papel do Estado na gestão das políticas educacionais vai ser rediscutido, pois amplia-se a participação do setor privado na esfera pública, vê-se portanto, uma rápida expansão das parcerias público-privadas na educação⁵.

Ao mesmo tempo, deve-se reconhecer o poder que os grupos têm sobre os mercados e a sociedade em geral, sua capacidade de instituir valores e de se transformar em um instrumento político, além de controlar substantivos fluxos de capitais que lhes garante capacidade de vetar decisões de regulação pública e relativizar o poder do Estado e afetar a economia de diversos países (Portugal Junior, 1994, p. 55-56). Na nova ordem educativa, como considera Laval (2004), o sistema educativo está a serviço da competitividade econômica, ele está estruturado como um mercado e dever ser gerido ao modo de empresas.

⁵ Susan Robertson e Antoni Verger (2012), dois pesquisadores incentivadores das parcerias público-privadas e da privatização da educação, consideram que as parecerias parecem agir como um mecanismo útil, não apenas por colocar diferentes atores juntos e, por isso, diferentes grupos e diferentes tipos de conhecimento, mas por intermediar a privatização *na e da* educação.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Enfim, o que motiva um grupo econômico a aplicar seu capital no setor da educação? Robertson e Verger (2012) parecem dar a resposta ao considerar o setor da educação como um campo para potenciais investimentos em serviços, desde que sejam estabelecidas condições para a realização do lucro. Logo, a privatização da educação se tornou um ideal que foi interpretada e traduzida na prática educacional de muitas maneiras. A introdução dos modelos empresariais na gestão educacional o capital encontra a possibilidade de se reproduzir ao ter o Estado como garantia de suas possíveis perdas.

A fim de termos uma compreensão objetiva do monopólio do poder instaurado pelo Movimento Todos Pela Educação nas políticas educativas, cabe salientar que os estudos sobre grupos econômicos formam, como considera Dias (2017), um campo de análise bastante relevante na sociologia econômica, abarcando uma variedade muito ampla de abordagens teóricas que problematizam questões tradicionais da economia. Além disso, o conceito de grupo econômico permite, como considera Gonçalves (1991) superar a dicotomia firma/mercado presente nas análises econômicas mais tradicionais. O alcance do conceito permite definir os atores para além da estrutura jurídica das firmas, ao ir de encontro sobre o controle de um conjunto mais amplo dessas firmas sem perder o foco nos atores (Dias, 2017). O economista Reinaldo Gonçalves (1991) define grupo econômico como:

o conjunto de empresas que, ainda quando juridicamente independentes entre si, estão interligadas, seja por relações contratuais, seja pelo capital, e cuja propriedade (de ativos específicos e, principalmente, do capital) pertence a indivíduos ou instituições, que exercem o controle efetivo sobre este conjunto de empresas (p. 494).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Com fundamento no que foi expresso acima, é possível observar atores econômicos para além das descrições jurídicas das empresas e pensá-los como agência econômica produzida pela articulação de um conjunto de instituições, cujas características se apresentam como “um lócus de acumulação que detém o grande poder econômico e financeiro, e se subordina a um centro de controle estratégico único” (Portugal Jr, 1994, p. 25).

O Movimento Todos Pela Educação, fundado em 7 de setembro de 2007, se posiciona como um movimento da sociedade brasileira que tem como principal missão engajar o poder público e a sociedade no comprometimento efetivo do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade. Em 19 de fevereiro de 2014, o movimento Todos pela Educação (TPE) se qualifica no mercado como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)⁶. Em seu estatuto⁷, o TPE elenca como principais objetivos garantir o acesso a escola, alfabetização e sucesso escolar, ampliação de recursos investidos na Educação Básica e a melhora da gestão dos recursos.

O TPE se constitui num terreno no qual se aglutinam interesses das mais diferentes frações da burguesia interessadas em afirmar seu comprometimento com a garantia do direito a uma Educação de qualidade. De acordo com Martins (2009), é possível afirmar que o TPE se materializa como organismo comprometido com as estratégias de hegemonia da classe empresarial no campo da educação e que sua inserção na sociedade civil, embora definida como “uma aliança” de esforços para o bem da nação, ela se afirma como uma estratégia para obter consenso em torno de um projeto criado e dirigido pela classe empresarial. Segundo Leher (2015) o TPE é um complexo muito sofis-

⁶ O certificado de qualificação como OSCIP pode ser visualizado no seguinte endereço eletrônico: https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/qualificacao_oscip__tpe.pdf

⁷ O estatuto social do movimento Todos pela Educação pode ser visualizado no seguinte endereço eletrônico: [https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/estatuto_tpe_\(2\).pdf](https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/estatuto_tpe_(2).pdf).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ticado que interage as frações burguesas dominantes, as políticas de Estado e os meios operativos do Estado para viabilizar esta agenda educacional.

A estrutura organizacional da entidade é bem definida em termos técnicos e políticos. É constituída por uma presidência, ocupada por um empresário articulador da organização; um Conselho de Governança, composto por dezesseis empresários ou representantes de empresas; um Comitê Gestor, composto por seis dirigentes, sendo cinco deles empresários; uma Comissão de Comunicação, composta por seis membros, todos ligados a grupos empresariais; uma Comissão de Articulação, integrada por doze membros numa composição mais diversa (empresários, lideranças de movimentos sociais, representante da Igreja Católica, representante da Unesco, representante do Ministério da Educação); uma Comissão Técnica, composta por dezesseis membros, predominantemente por empresários; uma Comissão de Relações Institucionais, ocupada por um empresário; e por fim, uma Equipe Executiva, composta por dez membros (não-empresários), sob a direção de uma Presidência-Executiva a cargo de um intelectual orgânico do capital com trajetória na educação superior (MARTINS, 2009).

Segundo o estatuto do movimento Todos Pela Educação, o quadro de associados é constituído por 04 categorias de associados, pessoas físicas e jurídicas, admitidas pelo Conselho de Governança, em referendo da Assembleia Geral. São eles: *i*) associado fundador (pessoas físicas que firmaram presença durante a assembleia de constituição do TPE; *ii*) associado institucional (pessoa jurídica de notória e relevante capacidade de articulação de forças sociais em benefício da Educação, convidadas pelo Conselho de Governança); *iii*) associados mantenedores (pessoa física ou jurídica que contribuam financeira-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

mente com o TPE); *iv*) associado efetivo (pessoa jurídica que queira colaborar para a consecução dos objetivos sociais da entidade).

Chama a atenção o Art.22 que estabelece que a quantidade de votos que cada membro Associado Mantenedor tomará por base as suas contribuições financeiras para o TPE realizadas durante o período de doze meses. Para fins de cálculo dos votos, o parágrafo único estabelece a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) atualizado anualmente pelo IGP/FGV⁸, corresponde a um (1) voto na assembleia. Cabe ao Conselho de Mantenedores atividades diretamente relacionada às contribuições financeiras para a entidade TPE. A tabela abaixo representa as 13 mantenedoras da entidade Todos pela Educação.

Tabela 1 As 13 mantenedoras do Movimento Todos Pela Educação



⁸ O Índice Geral dos Preços (IGP) é um cálculo realizado para medir a evolução dos preços no mercado nacional, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) é o órgão responsável para efetuar este índice.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Fonte: Elaboração própria. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/mantenedores-e-apoiadores>. Acesso em: 29 nov. 2017

No conjunto dos 13 mantenedores, os grupos econômicos que fazem parte do movimento TPE são do setor financeiro, agronegócio, mineral, meios de comunicação e companhias de aviação. Destaca-se a presença de quatro (4) grandes instituições financeiras que apoiam o TPE: Itaú, Unibanco, Lemann e Bradesco.

No contexto da globalização em relação aos bancos e instituições financeiras altamente poderosas dos mercados financeirizados, Minella (2003), sustentando-se em Mintz e Schwartz (1985), afirma:

O fator fundamental para entender o poder dos bancos e das instituições financeiras é o controle que exercem sobre parte substantiva dos recursos e do fluxo de capitais na economia. Através deste controle são capazes de impor constrangimentos ao processo decisório das políticas governamentais e das decisões estratégicas das empresas, caracterizando-se um processo que alguns autores identificam como ‘hegemonia financeira’ (p. 248-49).

Diante desta perspectiva, é importante considerar, portanto que estes grupos econômicos encontraram no setor da educação um meio de reprodução do capital. Nesse sentido, os grandes grupos econômicos presentes na composição das mantenedoras do movimento TPE têm desempenhado papel estratégico para cimentar o consenso quanto à hegemonia do capital financeiro.

Nosso escopo não é traçar um perfil sociopolítico de cada mantenedor que faz parte do movimento TPE. No entanto, vale salientar que dos 13 grupos, 6 (seis) entre eles tem forte ligação



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

com o sistema financeiro. São eles, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Fundação Lemann, Fundação Bradesco, Instituto Votorantim e o Itaú Social. Apesar dos grupos econômicos Itaú e Unibanco aparecerem de forma distinta no quadro acima, seja através de institutos ou com o próprio selo que garante a presença da empresa, os bancos Itaú e Unibanco formam um único grupo. Em novembro de 2008, Itaúsa e Unibanco Holding anunciaram a fusão de suas operações financeiras, com isto o grupo se tornou o maior conglomerado financeiro do Hemisfério Sul, fazendo parte da lista dos 20 maiores bancos do Mundo. Em 2012, o Itaú Unibanco entrou no ranking da Revista Forbes como a 30ª (trigésima) maior empresa do mundo.

O Itaú Unibanco realiza grandes investimentos em cultura e educação. Existem quatro principais instituições que se ocupam destes setores: Instituto Moreira Salles e Instituto Unibanco (criados pelo Unibanco), e a Fundação Itaú Social e o Instituto Itaú Cultural (criados pelo Itaú). Apesar da fusão entre os bancos, as quatro instituições seguem suas atividades de acordo com critérios, linhas de trabalho e procedimento anteriores, o que ser percebido pela continuidade de programas considerados concorrentes (Urbini, 2015).

Diante deste cenário, os mantenedores do Todos Pela Educação além de contribuírem financeiramente para a efetiva ação do movimento, eles oferecem programas vinculados às instituições e às fundações no ramo de tecnologias de ensino e gestão, ao realizarem cursos de formação de professores e demais trabalhadores, elaboram e implementam o uso de apostilas e manuais didáticos e de formação, desenvolvem ambientes virtuais de aprendizagem e de troca de informação entre as unidades escolares e secretarias de ensino.

IV. Conclusão



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Enfim, as recentes transformações nas políticas educacionais são o reflexo de que o capital precisava expandir seus domínios de acumulação através de novos setores, no caso a educação pública. Os atores institucionais que fazem parte do movimento Todos Pela Educação são, a grande maioria, provenientes do sistema financeiro, centralizam e movimentam grandes volumes de capital para dar sustentação ao projeto de expansão em suas “novas” áreas de interesse.

A privatização da educação pública é abertamente sustentada pelos responsáveis políticos e muitas vezes recebem apoio generalizado, assim as organizações de interesse do capital tem sob sua gerência três formas diferentes de ação: o uso de própria empresa ou banco, a cooperação financeira e técnica e a forma de associação dos interesses. Isto se evidencia na trajetória da constituição do Movimento Todos pela Educação.

Além disso, a privatização da educação foi, em menor ou maior escala, aceita e implementada pelos últimos governos brasileiros através da participação efetiva de membros do executivo (Ministério da Educação) na composição dos parceiros do movimento Todos Pela Educação. Como atesta Leher e Evangelista (2012)

o ex-ministro da Educação, Fernando Haddad, o ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Reynaldo Fernandes, os dois últimos ex-Secretários de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Lacerda e Cesar Callegari, este último o Secretário que Costin sucederia, todos são organizadores do TPE (pg.5-6).

Assim, retomar esta passagem da história recente nos permite orientar e identificar de que forma a hegemonia financeira pode ser entendida, em sua época e contexto, e qual a contribuição



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

para a compreensão da sociedade contemporânea e de suas relações econômicas e sociais. Logo, não é demais observar que aquilo que aparece como debate sobre a qualidade de ensino público restringe-se a discussões sobre como pilotar as finanças públicas e os preços macroeconômicos mais importantes, de forma a conduzir, com o maior lucro possível, os negócios correntes.

V. Bibliografía

BALL, S.; YODELL, D. (2007) *Privatización encubierta en la educación pública, Internacional de la Educación*. Bruselas, Disponível em: http://www.joanmayans.com/privatizacion_encubierta_de_la_educacion_publica.pdf. Acesso em: 9 de nov. 2017.

BRASIL (2007) Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial da União. Brasília: Imprensa Nacional, 25 de abril.

BRASIL (2014) Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial União, , Edição Extra, nº 120-A, Seção 1, p. 1-8 Poder Executivo, Brasília: Imprensa Nacional 26 jun..

CAMPANHA LATINO-AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (CLADE) (2014) Mapeo sobre Tendencias de la Privatización de la Educación en América Latina y el Caribe. São Paulo: CLADE.

_____. (2015) *Las Leyes Generales de Educación en América Latina – el derecho como proyecto político*. São Paulo: CLADE..

CHESNAIS, F. (2004) *La finance mondialisée*. Paris: Editions la découverte..

CLAUMANN, R. B. (2015). OCDE e governança corporativa: construção e legitimação de um modelo. *Dissertação de mestrado*. Florianópolis: UFSC.

DALE, Robert. (2004) Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum ” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

DIAS, Rodolfo Palazzo. (2017) Os grupos financeiros privados brasileiros em 2002: uma análise das redes acionárias. In: Adilson Luiz Pinto, Jorge Moisés Kroll do Prado, Douglas Dyllon, Jeronimo de Macedo (Orgs.). *Capital social, colégios invisíveis e ferramentas de aplicação de redes sociais*. Florianópolis: Senac SC,.

EVANGELISTA, Olinda e LEHER, Roberto. (2012) Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. In: *Trabalho Necessário*, ano 10, n. 15.

HARVEY, David. (2008) *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola.

LAVAL, Christian. (2004) *A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Planta.

LEHER, Roberto; VITTORIA, Paolo; MOTTA, Vânia. (2017) Educação e Mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, p.14-24, abr.

LEHER, Roberto. (2016) Luta de classes e mercantilização da educação brasileira. Disponível:http://ddd.uab.cat/pub/caplli/2016/158350/RZY69ULeher_Roberto_OK_.pdf Acesso: 09 nov. 2017.

LEHER, Roberto. Uma etapa crucial da contrarreforma. *Le Monde Diplomatique – Brasil*. 3 de novembro de 2016 (p.6-7). Disponível: <http://diplomatique.org.br/uma-etapa-crucial-da-contrarreforma/>. Acesso: 18 out. 2017.

LEHER, Roberto. (2014) Organização, estratégia política e o plano nacional de educação. Disponível:https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/R-Leher_Estrat%C3%A9gia-Pol%C3%ADtica-e-Plano-Nacional-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em 09 nov. 2017.

LEHER, Roberto. (2010) Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: *Os anos de Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond.

MARX, Karl. (2013) *O Capital: Crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.

MARTINS, André Silva. (2009) Educação Básica no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.4, n.1, p. 21-28, jan.-jun. Disponível em: www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/download/467/468 . Acesso em: 8 set. 2017.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

MELO, Adriana A. S. A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela. Maceió: Edufal, 2004. MELO, Adriana A. S. Aspectos da coexistência entre educação pública e privada no Brasil. In: PIMENTEL, Nara; ROCHA, Maria. Zélia Borba (orgs.). *Organização da educação Brasileira: marcos contemporâneos*. Brasília: Ed.UnB, 2016, pp 137-170.

MÉSZÁROS, István. A Educação para Além do Capital. São Paulo, Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. A Crise Estrutural do Capital. In. Revista Outubro. N. 4, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 1998.

MINELLA, Ary Cesar. Grupos financeiros no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico dos maiores credores privados. V WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE O mundo empresarial e a questão social. Porto Alegre, 2 a 5 de maio de 2006 – PUCRS.

MINTZ, B., & SCHWARTZ, M. (1985). *The power structure of american business*. Chicago: University of Chicago.

NEVES, Lúcia M. W. (Org.). (2002) *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã.

NEVES, Lúcia M. W (org.). (2005) *A nova pedagogia da hegemonia*. Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã,.

NEVES, Lúcia M. W. (org.). (2010) *Direita para o social e esquerda para o capital*. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã.

NEVES, Lúcia Maria W. (1999). Educação: um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, p. 133-152.

PERONI, Vera. (2011) Mudanças no papel do Estado e políticas públicas de educação: notas sobre a relação público/privada. In: PERONI, Vera; ROSSI, Alexandre (org.). *Políticas educacionais em tempos de redefinição do papel no Estado: implicações para a democratização da educação*. Porto Alegre: PPGE da UFRGS; Pelotas: UFPEL, p. 23-41.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. (2012) A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 121, p. 1133-1156.

SHIROMA, Eneida Otto; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; CAMPOS, Roselane Fatima. (2011) Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do movimento Todos pela Educação. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

SCHERER, A. L. F. (2003) O modelo norte-americano de governança corporativa: gênese, instrumentos e conseqüências. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 429- -452.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. (2007) Nota técnica preliminar: metodologia para obtenção das metas finais e parciais. São Paulo.

_____. Missão, objetivos e princípios. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br> . Acesso em set. de 2017.

URBINI, Lia F. (2015) Educação integral e capital financeiro: A participação do Itaú Unibanco nas políticas públicas de educação entre 2002 e 2014. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina.